



MOVIMENTO DE DANÇA DO ACRE E ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DO ACRE: MOBILIZAÇÃO SOCIAL, INSTITUCIONALIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA DEFESA DA DANÇA NO CONTEXTO ACREANO

Jhonatan Gomes Gadelha¹, Márcia Virgínia Mignac da Silva²



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8551-8559>

Artigo recebido em 7 de Outubro e publicado em 7 de Dezembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Este artigo analisa a atuação do Movimento de Dança do Acre (MODA) e da Associação de Dança do Estado do Acre (ASDAC) como agentes políticos e sociais na construção de políticas públicas para a dança no estado. Partindo do contexto de escassez de recursos e descontinuidade administrativa, discute-se como essas organizações articulam demandas, pressionam o poder público e promovem a visibilidade da dança local. Utilizam-se referenciais teóricos como Rubim (2007), Matos e Nussbaumer (2016) e Avritzer (2007) para refletir sobre ativismo cultural, participação social e desigualdades regionais. A metodologia inclui análise documental e entrevistas semiestruturadas com agentes do setor. Conclui-se que, apesar dos avanços na mobilização, persistem desafios estruturais como centralização de recursos, dependência de editais esporádicos e ausência de formação profissional sistêmica, exigindo ações contínuas para a consolidação de políticas de Estado.

Palavras-chave: Políticas culturais. Dança no Acre. Movimentos sociais. MODA. ASDAC.

¹ Doutorando em Dança pelo PPGDança/UFBA (bolsista CNPq), pesquisador e artista. Integrante do Grupo de Pesquisa Ágora: modos de ser em dança (UFBA/CNPq). Professor do Centro de Ciências da Saúde e Desporto da Universidade Federal do Acre.

² Professora Associada III da Escola de Dança da UFBA, com doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e mestrado em Dança (UFBA). Atua como docente e orientadora permanente no curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Dança (Mestrado e Doutorado), na linha Dança e Cognição. É co-líder do Grupo de Pesquisa ÁGORA: modos de ser em dança, desenvolvendo projetos sobre corpo, biopolítica, danças orientais e decolonialidade. Autora do livro "ORIENTE-SE EM QUESTÃO: QUE TIPO DE MUNDO SUA DANÇA TESTEMUNHA?" (2023) e associada fundadora da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança.



MOVEMENT OF DANCE OF ACRE AND ASSOCIATION OF DANCE OF ACRE: SOCIAL MOBILIZATION, INSTITUTIONALIZATION AND THE CHALLENGES OF DEFENDING DANCE IN THE ACREAN CONTEXT

ABSTRACT

This article analyzes the role of the Dance Movement of Acre (MODA) and the Dance Association of the State of Acre (ASDAC) as political and social agents in the construction of public policies for dance in the state. Starting from the context of scarce resources and administrative discontinuity, it discusses how these organizations articulate demands, pressure the government, and promote local dance visibility. Theoretical frameworks such as Rubim (2007), Matos and Nussbaumer (2016), and Avritzer (2007) are used to reflect on cultural activism, social participation, and regional inequalities. The methodology includes documentary analysis and semi-structured interviews with sector agents. The conclusion indicates that, despite advances in mobilization, structural challenges persist, such as resource centralization, dependence on sporadic public notices, and lack of systemic professional training, requiring ongoing actions to consolidate state policies.

Keywords: Cultural policies. Dance in Acre. Social movements. MODA. ASDAC.

Instituição afiliada – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós-Graduação em Dança (PPGDANÇA/UFBA), Doutorado em Dança.

Autor correspondente: Jhonatan Gomes Gadelha – jhonatangadelha@ufba.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

No cenário acreano, periferia na geopolítica cultural brasileira, a dança enfrenta uma dupla marginalização: a "inexistência simbólica" (Alvim, 2018, p. 72) no circuito nacional e a crônica desestruturação local, em que a escassez de recursos e a descontinuidade administrativa fragilizam a consolidação artística. É nesse contexto que o Movimento de Dança do Acre (MODA)³ e a Associação de Dança do Estado do Acre (ASDAC)⁴ emergem como agentes políticos decisivos, articulando a luta por reconhecimento e fomento em um território marcado pela ausência de políticas culturais sistêmicas.

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação do MODA e da ASDAC na construção de políticas públicas para a dança no Acre, discutindo suas estratégias de mobilização, seus modelos organizacionais horizontais e os desafios estruturais que enfrentam. Partimos do pressuposto de que, em regiões com pouca tradição de investimento em cultura, a organização da sociedade civil assume papel central na pressão por políticas públicas, ainda que se depare com limites impostos pela precariedade institucional e por modelos nacionais de gestão cultural pouco sensíveis às especificidades locais.

A análise articula conceitos como o ativismo cultural (Rubim, 2007), a participação social (Avritzer, 2007), as micropolíticas (Rancière, 1996) e o paradoxo da "editalização" (Perniciotti, 2015). O texto está organizado em seções que abordam: 1) o panorama crítico das políticas para a dança no Brasil; 2) a metodologia da pesquisa; 3) a atuação, potências e limites do MODA e ASDAC; 4) os desafios estruturais no contexto acreano; e 5) as considerações finais.

³ MODA (Movimento de Dança do Acre) e ASDAC (Associação de Dança do Estado do Acre) constituem uma iniciativa horizontal que busca melhorar as condições de trabalho e oferecer capacitação continuada aos profissionais da dança. Disponível em: <https://modacre.blogspot.com>. Acesso em: 09 de maio de 2025.

⁴ ASDAC (Associação de Dança do Acre). Organização não governamental (ONG) que representa os profissionais e grupos de dança do estado do Acre. Não possui site oficial, mantendo presença digital apenas através de redes sociais: Instagram ([@asdac.dance](https://www.instagram.com/asdac.dance)) e YouTube ([@asdacdance](https://www.youtube.com/asdacdance)).



METODOLOGIA

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, abordagem que se dedica à compreensão profunda e interpretativa de fenômenos sociais e culturais, explorando a complexidade e a riqueza dos contextos específicos (Guerra *et al.*, 2023; Paulilo, 1999). Seguindo os fundamentos dessa abordagem, que valoriza a subjetividade, a contextualização e a flexibilidade metodológica, o estudo adotou os seguintes procedimentos:

a) Análise documental: Foram examinados documentos públicos e registros digitais, incluindo editais, relatórios, publicações em blogs e redes sociais do MODA e da ASDAC, o Plano Estadual de Cultura do Acre e notícias relacionadas à implementação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no estado. Este método, conforme descrito no referencial teórico, permite a exploração de significados e contextos a partir de fontes escritas e visuais, constituindo uma técnica consolidada na pesquisa qualitativa para a compreensão de fenômenos sociais e organizacionais (Matos; Guerra; Araújo, 2023).

b) Entrevistas semiestruturadas: Foram realizadas 5 (cinco) entrevistas com agentes do campo da dança acreana (artistas, gestores culturais estaduais e integrantes do movimento), conduzidas entre junho e julho de 2025, por meio do aplicativo WhatsApp. A entrevista semiestruturada, tal como definida por Triviños (1987) e Manzini (1990/1991), baseia-se em um roteiro flexível com questões norteadoras, permitindo a exploração de temas emergentes e a captação de nuances e profundidade nas respostas dos participantes, sem a rigidez de formatos totalmente estruturados.

O projeto seguiu rigorosamente os preceitos éticos da pesquisa qualitativa, os quais exigem transparência, respeito e valorização dos participantes (Guerra *et al.*, 2023). Para tanto, foi elaborado e aplicado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A fim de garantir o anonimato e a uniformidade na apresentação dos dados, optou-se pela utilização de codinomes (Depoente A, B, C...)⁵ nas citações diretas,

⁵ Os relatos foram coletados via entrevista semiestruturada individual, feita pelo aplicativo WhatsApp. Para tanto, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), prontamente assinado



mantendo a integralidade dos depoimentos em arquivo reservado.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e contextualizada, alinhada ao referencial teórico adotado. Buscou-se identificar padrões de atuação, avanços conquistados e obstáculos enfrentados pelas organizações civis na defesa da dança no Acre, mediante a triangulação entre as fontes documentais e os discursos dos entrevistados, técnica recomendada para assegurar a robustez e a validade dos achados na pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Políticas Públicas para a Dança no Brasil e o Caso do Acre

Conforme Nussbaumer (2017), a inserção da dança nas políticas culturais federais é historicamente tardia e marcada por precariedade estrutural. Esta condição pode ser compreendida à luz das “três tristes tradições” que, segundo Rubim (2007), perpassam a trajetória das políticas culturais brasileiras: a ausência de ações estatais consistentes, o autoritarismo em momentos de maior intervenção e a instabilidade crônica, marcada pela descontinuidade administrativa e pela fragmentação das ações. No campo específico da dança, essa instabilidade se traduz em uma histórica invisibilidade da linguagem nas agendas públicas, com frágeis estruturas de apoio e editais pontuais que não se desdobram em políticas de Estado de médio e longo prazo (Velloso, 2011; Matos, 2017).

A fragilidade institucional e a desigualdade regional são sintomas de um modelo centralizado, onde regiões fora do eixo Sul-Sudeste têm menos acesso a recursos e a mecanismos de fomento estruturados (Matos & Nussbaumer, 2016). A análise dos editais da Funarte, como o Prêmio Klaus Vianna, revela essa concentração espacial e a discrepância entre a enorme demanda nacional e os poucos recursos disponíveis, resultando em baixíssimos percentuais de projetos contemplados (Matos, 2017). Embora documentos orientadores como o Plano Setorial da Dança (PSD) e a proposta da Política Nacional das Artes (PNA) apontem para a necessidade de descentralização e

pela pessoa participante. A coleta dos dados seguiu em consonância com a legislação brasileira/ Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.



pactuação federativa, sua implementação efetiva e a superação das assimetrias regionais permanecem como desafios centrais.

O caso da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no Acre em 2024 ilustra com clareza essa dinâmica perversa entre centralização, instabilidade e caráter excepcional. Apesar do investimento inédito de R\$ 4,8 milhões (AGÊNCIA ACRE, 2024), seu caráter emergencial e decorrente de repasse federal específico reforça a vulnerabilidade crônica das políticas locais. A PNAB funcionou como um alívio momentâneo, mas não altera a estrutura subjacente de ausência de “sistemicidade” (Velloso, 2011), ou seja, a falta de um sistema cultural integrado e com financiamento contínuo. A dependência de injunções federais episódicas para a injeção de recursos em estados da periferia do sistema, como o Acre, demonstra como a desconexão entre as diretrizes nacionais e a realidade dos entes federativos continua a produzir um cenário de insegurança e descontinuidade, no qual o fomento à dança não se consolida como política de Estado, mas persiste como ação pontual e reactiva.

2. A Atuação do MODA e da ASDAC: Horizontalidade e Seus Limites

O MODA, criado em 2009, e a ASDAC, fundada em 2014, surgem como iniciativas da sociedade civil para pressionar por políticas públicas. Sua premissa de horizontalidade permitiu uma inclusão ampla de vozes, contrastando com modelos elitizados (RUBIM, 2007). No entanto, a pesquisa revela uma tensão estrutural: a recusa a estruturas formais de representação gerou dificuldades operacionais no diálogo com o Estado. Um gestor cultural estadual relatou: “Sem interlocutores fixos, fica difícil dar continuidade às pautas e formalizar acordos” (Depoente A, 2025).

A falta de um canal institucionalizado de interlocução minou a eficácia política em momentos decisivos, como durante a elaboração do Plano Estadual de Cultura, quando propostas coletivas foram progressivamente diluídas. Críticas internas apontam para uma desconexão entre a base e a estrutura do movimento e para a percepção de que “apenas um grupo seleta” é beneficiado (Depoente B, 2025). A frustração com a lentidão nas ações também foi registrada: “comecei a me sentir esgotada, com tantos encontros onde se falava muito sobre mudanças, mas as ações reais eram escassas” (Depoente C, 2025).



Das 15 demandas prioritárias consensuadas no II Fórum de Danças (2013), apenas três obtiveram atendimento parcial até 2023: a criação de editais setoriais (com valores baixos e concentrados na capital), ações formativas pontuais via oficinas e a realização autogerida de fóruns. Demandas estruturais como descentralização para o interior, criação de linha orçamentária específica e um centro de referência permanecem estagnadas.

3. Desafios Estruturais no Contexto Acreano

A análise identificou três eixos centrais de desafios:

a) Centralização em Rio Branco e Exclusão do Interior: A concentração de editais e recursos na capital reproduz desigualdades históricas e exclui artistas do interior (Calabre, 2022; Rubim, 2007), configurando uma "ficção democrática" de acesso.

b) Fragilidade Orçamentária e a Hegemonia da "Editalização": A dança no Acre sofre com a carência de previsão orçamentária específica, dependendo de editais esporádicos. Conforme Perniciotti (2015), a "editalização" impõe uma temporalidade paradoxal que inviabiliza projetos de longo prazo, sendo um instrumento jurídico de distribuição de recursos, não uma política em si. A insuficiência dos valores (R\$ 5.000 a R\$ 20.000 por projeto) compromete a sustentabilidade, reforçando um ciclo de precariedade.

c) Ausência de Formação Profissional Sistêmica: A inexistência de cursos técnicos ou superiores em dança no estado alimenta um ciclo de precarização e êxodo cultural (Segnini, 2016), mantendo os profissionais na informalidade.

O VIII Fórum de Dança do Acre (2025) exemplifica a potência da auto-organização e seus limites. Realizado sem financiamento estatal, o evento materializou um ato de dissenso (Rancière, 1996), criando um espaço autônomo de debate e exibição. Contudo, a necessidade de restringir o acesso à mostra noturna a associados pagantes expõe a tensão entre inclusão e sustentabilidade, refletindo o círculo vicioso da dependência de recursos escassos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A atuação do MODA e da ASDAC revela a potência da organização horizontal e da ação micropolítica para fomentar espaços de debate e visibilidade da dança acreana. Contudo, sua trajetória também explicita os limites estruturais impostos por um modelo de gestão pública marcado pela descontinuidade, pela centralização e pela excessiva dependência de instrumentos esporádicos como os editais.

O cerne do impasse reside na dificuldade de transformar a mobilização social e as demandas setoriais em políticas de Estado institucionalizadas, com orçamento próprio e planejamento de longo prazo. A superação desse cenário exige ações coordenadas: (1) a consolidação da ASDAC como entidade representativa estratégica, com interlocução estável com o poder público; e (2) a pressão por uma reformulação das políticas culturais no Acre, com a transição para fundos setoriais descentralizados e a implementação efetiva do Sistema Estadual de Cultura, inclusive com parcerias para formação profissional (ex.: com a UFAC).

Conforme Rancière (1996), a política emerge quando os "sem-parte" conquistam voz. O MODA e a ASDAC realizaram esse feito. O desafio que se coloca agora é transformar essa potência micropolítica em uma institucionalidade democrática e inclusiva, onde a dança floresça não como exceção, mas como direito cultural garantido.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA ACRE. **Colocando a cultura em movimento: Acre lança editais da Política Nacional Aldir Blanc com investimento histórico**. Rio Branco, 2024. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/colocando-a-cultura-em-movimento-acre-lanca-editais-da-politica-nacional-aldir-blanc-com-investimento-historico/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
2. ALVIM, Valeska Ribeiro. **A dança cênica no Acre: por uma inserção na cartografia nacional**. 2018. 156 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32655>. Acesso em: 1 jun. 2025.
3. AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.
4. CALABRE, Lia. Pandemia e pandemônio: impactos sobre o campo da cultura. In: RUBIM, Antonio; TAVARES, Márcia (Org.). **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 189-210.
5. GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues et al. Procedimentos metodológicos de classificação das pesquisas científicas. **Educere - Revista da Educação da UNIPAR**, v. 23, n. 1, p. 303–311, 2023.
6. MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v. 26, p. 149-158,



- 1990.
7. MATOS, Diego de Vargas; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; ARAÚJO, Eleno Marques de. Diferentes modos de delinear pesquisas acadêmicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 12, p. 806–816, 2023.
 8. MATOS, Lucia; NUSSBAUMER, Gisele. **Mapeamento da Dança: diagnóstico da dança em oito capitais do Brasil**. Salvador: UFBA, 2016.
 9. NUSSBAUMER, Gisele. As políticas para as artes e a Fundação Nacional de Artes: 2003-2016. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 2017.
 10. PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.
 11. PERNICIOTTI, Fernanda Araujo. Editalização: uma questão de tempo! In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DANÇA. Comitê Dança (e)m Política, junho/2015. p. 1-11. Disponível em: <http://www.portalanda.org.br/anais>. Acesso em: 9 jul. 2025.
 12. RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
 13. RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 15-42.
 14. SEGNINI, Liliana. Música, dança e artes visuais: especificidades do trabalho artístico. In: _____ (Org.). **Trabalho artístico e técnico na indústria cultural**. São Paulo: Itaú Cultural, 2016. p. 87-112.
 15. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
 16. VELLOZO, Marila Annibelli. **Dança e política: participação das organizações civis na construção de políticas públicas**. 2011. 381 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.